



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 16 de Setembro de 2004 (21.09)
(OR. en)**

12438/04

**COPEN 106
EJN 58
EUROJUST 75**

NOTA DE ENVIO

de:	Antoine CASHA, Conselheiro Técnico (Polícia), Representação Permanente de Malta junto da EU
data:	15 de Setembro de 2004
para:	Hans G. NILSSON, Chefe de Divisão de Cooperação Judiciária, DG H III, Secretariado-Geral do Conselho

Assunto:	Notificações nos termos da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros
----------	--

Em conformidade com o disposto no artigo 34.º (Execução) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI), foi adoptada, a Ordem de Extradição (LN320/04) (Países Estrangeiros Designados) que entrou em vigor em 7 de Junho de 2004. Esta legislação altera a Lei de Extradição (Cap. 276) e implementa a Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI).

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º (Determinação das autoridades judiciais competentes) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI), a autoridade judiciária de emissão será um Magistrado do Tribunal de Primeira Instância (*Court of Magistrates*).

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º (Determinação das autoridades judiciárias competentes) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI), a autoridade judiciária de execução será o Tribunal de Primeira Instância (*Court of Magistrates*) (Malta), funcionando como Tribunal de Instrução Penal (*Court of Criminal Inquiry*), para efeitos da Lei de Extradução (Cap. 276), referido como Tribunal de Acusação (*Court of Committal*).

Em conformidade com o disposto no artigo 7.º (Recurso à autoridade central) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI), é designada a seguinte autoridade central para assistir as autoridades judiciárias competentes:

The Office of the Attorney General
(International Co-Operation in Criminal Matters)
The Palace
Valletta
Malta

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 25.º (Trânsito) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI), é designada a seguinte autoridade responsável pela recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como por toda e qualquer outra correspondência oficial relacionada com os pedidos de trânsito:

Commissioner of Police and Principal Immigration Officer,
Police General Headquarters
Floriana
Malta

Malta não tenciona apresentar quaisquer notificações nos termos do n.º 1 do artigo 27.º (Eventuais procedimentos penais por outras infracções) ou do n.º 1 do artigo 28.º (Entrega ou extradição posterior) da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI).

Conforme solicitado, encontra-se em anexo a "Fiche Française" relativa ao mandado de detenção europeu ¹.

(Fórmula de cortesia).

(a.) Antoine Casha

¹ A "Fiche Française" consta do doc. 12439/04 COPEN 107 EJM 59 EUROJUST 76.